

CPI - Documento

Os dois mundos dos acusados de corrupção

por José Casado de Brasília

Os parlamentares acusados de corrupção e de manipulação de dinheiro do Orçamento federal estão vivendo em dois mundos completamente diferentes.

Um é o do Congresso. Lá, passam o tempo encerrados nos seus gabinetes. Nas raras vezes em que saem dos corredores, ou aparecem no plenário, recebem afagos e até aplausos de muitos de seus pares que discordam da simples existência da CPI da Corrupção no Orçamento.

Outro mundo é o das ruas. Lá têm sido alvo de todos os tipos de protestos, de passeatas às vaías em locais fechados como restaurantes, quando são reconhecidos. A cada dia têm mais dificuldade de sair de casa.

Há os que somatizam. É o caso do gaúcho Ibsen Pinheiro, deputado federal pelo PMDB que se tornou uma espécie de símbolo do Legislativo ao comandar na presidência da Câmara o processo de "impeachment" do ex-presidente Fernando Collor.

Na próxima quinta-feira, Ibsen vai depor na CPI, 14 quilos mais magro e com muito mais cabelos brancos do que exibiu cinco semanas atrás.

Há os que apostam na solidariedade corporativa e se esforçam para parecer intactos. É o caso de Flávio Derzi, deputado federal pelo PP de Mato Grosso do Sul, que na semana passada foi recebido com aplausos no plenário da Câmara.

A claque de Derzi foi puxado pelo deputado baiano Geddel Vieira, que dias atrás foi protagonista de cenas patéticas nas portas da CPI, depois de ser informado que seu nome constava dos papéis da empreiteira Odebrecht e, por isso, ingressara na lista dos investigados.

Na sessão secreta para cassação dos mandatos de três deputados do PSD acusados de receber propinas, na última quarta-feira, Geddel viu Derzi entrar no plenário. Começou a aplaudir. Outros resolveram segui-lo.

Menos sorte tem tido outro baiano, o deputado Genivaldo Correia, ex-líder do PMDB na Câmara. Por onde passa, vaías o seguem.

A imagem pública do Legislativo está, cada vez mais, vinculada à CPI. Mas as pressões corporativas estão, também, cada vez mais, lançando-a numa confusão sobre o seu rumo.

(Continua na página 5)

Os dois mundos dos ...

por José Casado de Brasília
(Continuação da 1ª página)

O depoimento do empresário Paulo César Cavalcanti Farias, ex-tesoureiro do ex-presidente Fernando Collor, na última sexta-feira, expôs de forma eloquente a barafunda kafkiana em que a CPI se permitiu mergulhar.

Sem ter como fazer falar uma testemunha que não desejava se incriminar, deputados e senadores passaram a debater como o "especialista" PC Farias a teoria geral do Estado, com intervalos para citações literárias — do poeta Camões ao escritor Kafka.

PC Farias, advogado diplomado e que conta com a perspectiva da liberdade em poucas semanas mais, despediu-se dos integrantes da CPI, como o presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho, exaltando a "valiosa contribuição" de seu depoimento.

Podem ter sido duas, teóricas. A primeira, numa de suas intervenções sobre a teoria do Estado e as relações com o capital privado no Brasil neste final de século: "Por que os empresários apoiam campanhas de políticos?" — indagou PC Farias, em tom de reflexão.

"Com raras exceções, todos os políticos brasileiros têm suas campanhas financiadas ... com raras exceções" — continuou, divagando. "Enquanto houver o Estado na economia, continuaremos da mesma forma, com os mesmos problemas. Vejam os senhores, a CPI do PC foi em 1992 e todas as campanhas políticas de 1992 foram financiadas da mesma forma. Repito, enquanto o Estado tiver a presença que tem na economia, os empresários irão continuar financiando candidatos para obter benefícios do governo."

A outra "contribuição" teria ocorrido no final das três horas de depoimento, em diálogo com o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães.

"O senhor é um especialista em campanhas eleito-

rais?", perguntou o relator.

"Sou sim", respondeu PC Farias.

"Acredita que é possível se preparar listas de candidatos com percentuais de contribuições financeiras para a campanha, um ano antes das eleições?" — indagou, numa alusão às listas da Odebrecht que, segundo a empresa, seria um plano para gastos de US\$ 17 milhões na campanha eleitoral do ano que vem.

O "especialista" PC Farias — que recebeu US\$ 3,2 milhões da Odebrecht supostamente para a campanha do ex-presidente Fernando Collor não se conteve: "É impossível".

Sem conseguir produzir uma única nova prova, a CPI encerrou a sessão. Mas continuou com seus problemas básicos. Um deles: como punir os chamados corruptores, ou seja, as empresas.

Consolida-se a tendência de deixar esse trabalho a uma outra CPI, a das empreiteiras, a ser instalada em janeiro.

Seria um problema político a menos que a atual CPI teria a enfrentar para conseguir aprovar seu relatório final — no qual pretende recomendar cassações de mandatos parlamentares — no plenário do Congresso.

Permanece outro problema: quantos e quais devem ser recomendados para cassação? As pressões internas para exclusão de vários dos listados como suspeitos são muitas — e grandes.

De todo tipo. Desde apelos pessoais, a promessas veladas de luta pelo voto secreto (para aprovar o relatório final e para cassar mandatos em plenário), até à prática da pirataria na rede de computadores que serve à CPI.

Nela têm sido detectados "vírus" e interferências externas misteriosas para alterações de trechos de relatórios que acabam de ser rascunhados.

Em meio a essa confusão, a CPI procura reencontrar seu rumo. Nesta semana pretende tomar três depoimentos por dia.

GAZETA MERCANTIL

6661 230 07